

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.365 - MG (2019/0086832-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : ROGERIO FRANCISCO MAXIMIANO (PRESO)
ADVOGADOS : VANESSA GRILO RICARDINO SILVEIRA - MG096556
ANDRESSA LORRAYNE RICARDINO SILVEIRA - MG155697
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : JESSICA LEANDRA DE SOUZA FELIX
INTERES. : NATALIA LORRAYNE FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que negou provimento ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do art. 34, inciso XVIII, *b*, do RISTJ, alegando-se, em suma, a existência de omissão, conforme previsão do art. 619 do CPP.

Sustenta o embargante que a prisão preventiva foi embasada nos arts. 310, inciso II e 313, inciso I, ambos do CPP, e que o crime supostamente perpetrado pelo paciente se deu na forma culposa, os quais não possuem pena superior a 4 (quatro) anos de reclusão, não tendo a decisão ora objurgada se manifestado sobre esse tema, apesar de aventado.

Requer, assim, "*aprecie as questões de o crime ser culposos, por JUSTIÇA defira urgentemente seja revogada a prisão preventiva do Requerente ROGÉRIO FRANCISCO MAXIMIANO e posto em liberdade, com a imediata expedição do alvará de soltura, devendo o douto juízo aplicar as medidas cautelares que achar necessária*" (e-STJ. fl. 320).

É o relatório.

Inicialmente, verifica-se que os embargos declaratórios foram opostos no dia 11/6/2019 (e-STJ fl. 318), tendo a decisão embargada sido publicada na mesma data, pelo que se constata a sua tempestividade.

O artigo 619 do Código de Processo Penal disciplina que "*aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão*", tendo a jurisprudência desta Corte os admitido, também, com o fito de sanar eventual erro material na decisão embargada.

Da análise da decisão embargada, conclui-se que não há qualquer mácula a ser sanada, uma vez que se explicitou adequadamente as razões pelas quais foi negado provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Consignou-se que, no caso dos autos, o recorrente ostentava anterior condenação com trânsito em julgado pelo crime de tráfico - reincidência, ademais, específica -, a revelar inclinação à prática delitiva, afastando o suposto constrangimento ilegal que alegava estar sofrendo, estando a custódia devidamente fundamentada no art. 312 do Código de Processo Penal, a qual, ao contrário do alegado nos embargos, embasou-se no art. 313, inciso II, do mesmo diploma legal. (e-STJ fls. 215 e 313).

Assim, não se constata nenhum defeito no julgado, tendo esta relatoria justificado, fundamentadamente, os motivos pelos quais negou provimento ao recurso ordinário constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Ao contrário, o que se observa é o puro e simples inconformismo dos embargantes com a solução dada à controvérsia, o que não dá ensejo à oposição de embargos de declaração.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE PARA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO VINCULAÇÃO AO HABEAS CORPUS. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão no caso de mero inconformismo da parte.

2. Não se constata a alegada omissão do julgado, porquanto a Terceira Seção do STJ, aplacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da matéria, pacificou o tema no âmbito desta Corte Superior, decidindo que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (REsp 1.619.087/SC, Rel. p/acórdão Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14/06/2017, Dje 23/08/2017). Tal entendimento foi ratificado, em 24/10/2018, nos autos do AgRg no HC 435.092/SP (Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI, rel. p/ acórdão Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Dje 26/11/2018).

3. O prequestionamento de dispositivos constitucionais é requisito para a admissibilidade do recurso extraordinário, não sendo pertinente a sua vinculação ao habeas corpus. A propósito, mutatis mutandis: AgRg no RHC 75.299/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 11/11/2016.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no HC 524.982/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. SIMPLES INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O Embargante limita-se a rediscutir matéria já decidida no agravo regimental, ocasião na qual esta Corte Superior concluiu que o acórdão que confirma a condenação penal imposta na instância antecedente não interrompe a prescrição. Ademais, a controvérsia jurídica apresentada no caso encontra solução no plano infraconstitucional, estando adstrita ao exame da correta interpretação do art. 117, inciso IV, do Código Penal.

2. Não há quaisquer omissões, obscuridades ou contradições no acórdão embargado, mas o mero inconformismo do Embargante com o resultado do julgamento que lhe foi desfavorável.

3. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

AGRG no RE n.º 1.202.790/GO, em 28/06/2019, confirmou o entendimento de que o acórdão confirmatório da condenação não possui o condão de interromper o curso da prescrição da pretensão punitiva e que a discussão da referida matéria não demanda a análise direta de dispositivos constitucionais.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1828450/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 01/10/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **rejeitam-se** os embargos declaratórios.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **Jorge Mussi**
Relator

